

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2003
(Do Sr. Geraldo Resende)

Solicita informações ao Sr. Ministro dos Transportes sobre a inadimplência no arrendamento da malha ferroviária à empresa Novoeste, integrante da holding Brasil Ferrovias, no valor de R\$ 33 milhões, bem como acerca da reestatização do trecho ferroviário entre Campo Grande e Corumbá.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116, do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro dos Transportes, as seguintes informações:

1. Relatório atualizado do pagamento dos arrendamentos referentes à malha ferroviária brasileira a cargo da Holding Brasil Ferrovias, especificamente sobre as empresas atuantes na linha Bauru(SP)-Corumbá(MS);
2. Constatada a inadimplência, que sejam elencadas as medidas administrativas e/ou judiciais já intendadas ou que podem ser diligenciadas no sentido de solver o débito;
3. Descrição pormenorizada da proposta de devolução pela Holding Brasil Ferrovias, à União e desta para o Estado de Mato Grosso do Sul, do trecho de 400 Km de ferrovia que liga as cidades de Campo Grande a Corumbá (Trem do Pantanal), apresentada à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), descrevendo a forma de participação da empresa Valec Engenharia como responsável pela reforma da malha;

4. Seja fornecida cópia na íntegra do contrato de concessão entre a holding Brasil Ferrovias, das empresas que a formam (Ferronorte, Novoeste e Ferroban) e o Governo Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A Ferronorte obteve em 1988 a concessão do Governo federal por 90 anos, para construir e manter uma ferrovia ligando o Centro-Oeste ao Porto de Santos. A Novoeste S.A obteve a concessão da Malha Oeste a exatos sete anos atrás, quando assumiu os serviços de transporte de cargas, herdado da Rede Ferroviária Federal.

Pululam informações de que a holding Brasil Ferrovias não honra o contrato de concessão desde agosto de 98, o que resultaria numa dívida de R\$ 33 milhões, referente ao pagamento do arrendamento .

Em se comprovando irregularidades e negligências, urge a revisão da concessão à Brasil Ferrovias em Mato Grosso do Sul, cujo contrato já sofre pedido de suspensão por parte do Sindicato dos Ferroviários de Mato Grosso do Sul, ao Ministro dos Transportes, Sr. Anderson Adauto.

No corpo do pedido de suspensão do contrato, é apontada como uma das causas dos problemas da malha ferroviária, a redução drástica no quadro de funcionários da Ferronorte, com 1,6 mil trabalhadores tendo saído da empresa e 39 estações fechadas. Conseqüência disso é a queda de qualidade e segurança, e o desenfreado sucateamento das estruturas, com aumento de acidentes, tudo calhando em prejuízos patrimoniais de grande monta.

Sendo constatado prejuízo ao erário público, tanto em função de descumprimento de cláusulas contratuais, como em razão de responsabilização por acidentes e o sucateamento do patrimônio da ferrovia, é imprescindível o ressarcimento dos danos e a punição aos eventuais responsáveis.

Eis que a ferrovia está voltando às mãos do poder público, pelo menos nos cerca de 400 quilômetros entre Campo Grande e Corumbá que passariam a ser administrados pelo Estado e União, que informam, pelo Governador do Estado e o Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes, pretenderem, resgatar o Trem do Pantanal, num projeto da monta de R\$ 240 milhões, valor necessário para a reativação da linha turística e a recuperação de tudo o que foi sucateado pela Novoeste.

Cogita-se ainda o emprego de parte da verba de US\$ 60 milhões do Prodetur-sul – projeto para turismo do Banco Interamericano (Bid), fato deveras preocupante, pois tratar-se-ia de desviar do setor turístico, verba para reparar a incompetência de uma empresa privada que, no mínimo não mensurou corretamente o volume da responsabilidade que assumiria.

A atenção a nosso requerimento servirá de fulcro a uma ampla discussão sobre o transporte ferroviário em Mato Grosso do Sul por entender que o mesmo é de fundamental importância para garantir a competitividade da produção estadual junto ao mercado interno e externo, atentando pois ao âmbito nacional da questão, além de ser mola propulsora do turismo, com a retomada do Trem do Pantanal.

Sala das Sessões, em de de 2003 .

Deputado Geraldo Resende